TERMOS DE REFERÊNCIA

Estudo sobre as Metas do Desenvolvimento do Milénio nos países da CPLP

1. Contexto

As Fundações da CPLP são instituições da sociedade civil criadas com o objectivo de contribuírem para o desenvolvimento dos seus países e da comunidade de que fazem parte.

Nos princípios dos anos 2000, as Fundações criaram um espaço de diálogo – Os Encontros das Fundações da CPLP, para trocar informações e experiências, estabelecer parcerias e advogar sobre assuntos de interesse comum. Estes encontros são momentos privilegiados de interacção, discussão de temas da actualidade, aprendizagem mútua e convívio entre os membros e seus convidados.

No 5º Encontro das Fundações realizado em 2008, em Maputo, os membros debruçaram-se sobre a necessidade de produzir um documento que pudesse dar informação sobre o nível do cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio com vista a auxiliar os governos, doadores e outros actores de desenvolvimento a redimensionar os seus esforços e acções.

Foi neste contexto que surgiu o Relatório de Avaliação de Progresso das Metas do Desenvolvimento do Milénio, um documento produzido sob a coordenação da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) e apresentado pela primeira vez em 2009, em São Tomé e Príncipe, no 6º Encontro das Fundações da CPLP. O segundo relatório de actualização de dados foi produzido em 2011 e apresentado no 8º Encontro das Fundações em Maio do mesmo ano, em Lisboa.

Estes relatórios mostram que há avanços no alcance das metas nalguns países. Contudo, alerta sobre os desafios que muitos países enfrentam para assegurar que os seus cidadãos tenham uma vida condigna, de acordo com as metas estabelecidas. É tendo em conta a situação prevalecente que as Fundações decidiram continuar a produzir estes relatórios para advogar pela implementação de políticas e programas que conduzam a uma melhoria constante das condições de vida dos cidadãos.

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade pretende recrutar um consultor para a realização de uma pesquisa com vista a produzir o 3º Relatório de Progresso sobre o Alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, de acordo com os presentes Termos de Referência.

2 . Sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs)

Em Setembro do ano 2000, 147 Chefes de Estado reuniram-se na Cimeira do Milénio para a adopção da Declaração do Milénio com o objectivo de estabelecer parcerias estratégicas e definir metas e objectivos a serem alcançados ao longo de 15 anos. Esta declaração foi o corolário de uma série de conferências internacionais levadas a cabo com o objectivo de estabelecer uma agenda comum de desenvolvimento global incluindo objectivos quantitativos, prazos e indicadores numéricos para permitir a monitoria de progresso. Foi consensual que embora os países em desenvolvimento tenham a responsabilidade

primária de garantir o bem-estar a todos os seus cidadãos, estes não poderão fazê-lo sem o apoio da comunidade internacional através de mais e melhor ajuda, regras de comércio justas e o alívio da dívida externa.

Assim, a Declaração do Milénio conduziu à definição de oito objectivos principais que devem ser atingidos ao longo de um período de 15 anos (2000-2015), tendo como base o ano de 1990.

1. Erradicar a Pobreza e a Fome
2. Atingir a Educação Primária Universal
3. Promover a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
4. Reduzir a Mortalidade Infantil
5. Melhorar a Saúde Materna
6. Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças
7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental
8. Criar uma Parceria Global em Prol do Desenvolvimento

Para se atingirem estes objectivos, foram identificadas 12 metas e 48 indicadores para assegurar a sua monitoria e permitir a comparação entre os níveis de desempenho aos níveis nacional, regional e internacional.

Normalmente cada país faz uma avaliação de progresso com vista a avaliar o nível de alcance das metas estabelecidas. A Cimeira das Nações Unidas realizada em 2011 avaliou o progresso global feito ao longo dos primeiros 15 anos com base na informação fornecida pelos países. É com base nestes relatórios anuais e global que pretendemos medir e comparar o nível de progresso nos diferentes países da CPLP e delinear acções de advocacia, sensibilização ao nível nacional, regional e internacional. Adicionalmente recomenda-se: 1) O estabelecimento de contactos com os representantes das Fundações da CPLP para fornecer informação adicional e/ou confirmar a informação obtida por outros meios e 2) A identificação de um ponto focal em cada país para apoiar na recolha de informação actualizada.

3. Produtos da Consultoria

A presente consultoria pretende alcançar o seguinte:

Produzir um relatório exaustivo que actualiza e sumariza o grau de cumprimento dos ODMs em cada país da CPLP, tendo em conta os relatórios anteriores e dados actuais recolhidos de todos os países da CPLP. Este relatório deve conter:

1) Uma análise comparativa do nível de progresso entre os vários países da CPLP, assim como uma comparação de cada país da CPLP com o país da sua região ou sub-região. Por exemplo, o desempenho de Moçambique tem que ser comparado com o de outros membros da SADC.

2) Os desafios e constrangimentos que cada país enfrenta, assim como os desafios e constrangimentos comuns ao conjunto de países da CPLP, na materialização dos ODMs.

3) Uma proposta sobre áreas-chave para intervenção dos governos e instituições multilaterais relevantes, bem como as áreas de advocacia a ser realizada pelas Fundações ao nível dos governos e países da CPLP até 2015;

4) Uma proposta de reflexão sobre a agenda dos ODMs após 2015 – o que deverá acontecer após 2015, dado que os ODMs não serão alcançados na sua totalidade? Será que o presente quadro dos ODMs é apropriado para o pós 2015 dada a actual conjuntura política, económica e social? Que propostas deverão as Fundações apresentar aos governos da CPLP?

De referir que a recolha de dados a preceder este relatório deve ser o mais exaustiva e completa possível do que foi possível ao preparar os anteriores relatórios.

O resultado final deste trabalho deverá ser apresentado até ao dia 10 de Maio de 2012.

O relatório deve ser escrito em português, dactilografado em MsWord, devendo se submeter um exemplar em forma electrónica e 2 exemplares em hardcopy

Deve conter sumario executivo, uma secção contendo as principais conclusões e recomendações, uma secção dedicada a cada país da CPLP, uma secção comparativa dos países envolvidos, bibliografia consultada, lista de pessoas e instituições entrevistadas, fontes precisas de todas as informações e dados que utilizar.

O consultor deve propor a metodologia, calendário e custo do seu trabalho.

A proposta deve ser submetida até dia 6 de Abril de 2012 e deve conter: proposta técnica, CV do consultor ou equipa proposta para o estudo, orçamento, calendário de execução.